

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Finalmente a Administração da **Petroenge Engenharia S/A.**, agradece aos acionistas, clientes e instituições financeiras pelo apoio e confiança depositados em nossos serviços e operações, em especial aos funcionários, pela dedicação e esforços empreendidos em suas funções, que levaram a empresa a esse resultado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)					DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E DE 2011 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)							
ATIVO	Nota	2012	2011	Reclassificada nota 15	2011	Nota	2012	2011	Nota	2012	2011	
												CIRCULANTE
Caixa e equivalentes de caixa	9	731.148,75	71.004,52									
Contas a receber de clientes	10	498.170,68	678.274,42									
Estoques		138.459,71	73.337,72									
Adiantamentos		10.229,61	11.468,05									
Impostos a recuperar		190,11	-									
Depósitos judiciais	19	19.844,44	-									
Despesas antecipadas		30.029,55	34.046,66									
		1.428.072,85	868.131,37									
NÃO CIRCULANTE												
Outras aplicações financeiras de longo prazo		2.000,00	-									
Investimento em cotas de cooperativa		1.168,98	1.032,16									
Imobilizado	11	2.264.307,23	2.288.048,95									
		2.267.476,21	2.289.081,11									
TOTAL DO ATIVO		3.695.549,06	3.157.212,48									
		As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.										
PASSIVO												
CIRCULANTE												
Obrigações fiscais				4.123,67	25.437,03							
Obrigações sociais e trabalhistas				131.724,11	53.814,38							
Fornecedores	12			242.973,69	218.054,60							
Empréstimos e financiamentos	14			55.524,90	131.017,82							
Provisões de férias e seus encargos				15.820,66	12.521,40							
Seguros a pagar e outras obrigações				16.984,50	21.874,68							
				467.151,53	462.719,91							
NÃO CIRCULANTE												
Empréstimos e financiamentos	14			151.847,42	178.719,96							
Provisões de longo prazo	15			19.906,93	19.906,93							
Provisões trabalhistas	12			134.244,00	-							
				305.998,35	198.626,89							
PATRIMÔNIO LÍQUIDO												
Capital social	16			1.943.740,40	1.943.740,40							
Ações em tesouraria	16			(485.935,10)	(485.935,10)							
Reserva legal	16.a			93.098,78	71.772,08							
Reserva de lucros a disposição da AGO	16.b			1.371.495,10	966.288,30							
				2.922.399,18	2.495.865,68							
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				3.695.549,06	3.157.212,48							

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	2012	2011
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	426.533,50	227.629,79
Ajuste para Conciliar o Resultado e às Disponibilidades Geradas pelas Atividades Operacionais:		
Juros de empréstimos e financiamentos provisionados	16.707,10	-
Depreciações e amortizações	138.737,43	199.557,73
Ítems cujos efeitos se referem às transações apresentadas separadamente:		
Receitas financeiras - líquidas	(39.221,43)	(70.326,62)
Imposto de renda e contribuição social	82.763,91	98.611,10
Ganho (perda) na baixa de ativo imobilizado	2.766,01	(776,68)
Variações nos Ativos		
(Aumento) Redução Contas a receber	180.103,74	(132.374,67)
(Aumento) Redução Estoques	(65.121,99)	4.642,18
(Aumento) Redução Impostos a recuperar	(190,11)	-
(Aumento) Redução Adiantamentos	1.238,44	(7.200,16)
(Aumento) Redução Depósitos judiciais	(19.844,44)	-
(Aumento) Redução Despesas Antecipadas	4.017,11	(11.542,21)
Variações nos Passivos		
Aumento (Redução) Obrigações fiscais	(21.313,36)	13.655,99
Aumento (Redução) Obrigações sociais e trabalhistas	212.153,73	(45.972,48)
Aumento (Redução) Fornecedores	24.919,09	80.647,62
Aumento (Redução) Provisões	(16.607,67)	(31.792,32)
Aumento (Redução) Outras contas a pagar	(4.890,18)	29.925,02
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS E APLICADAS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	922.750,88	354.684,29
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição de imobilizado	(162.798,02)	(482.292,82)
Aquisição de cotas de cooperativa	(136,81)	(1.000,00)
Aquisição de títulos de longo prazo	(2.000,00)	-
Baixa de Imobilizado	29.400,00	350,00
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Dividendos pagos	-	(417.371,08)
Compra de ações de emissão própria	-	(485.935,10)
Novos financiamentos	53.300,00	270.000,00
Pagamentos de financiamentos	(180.371,82)	(137.044,37)
DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS APLICADAS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS	(262.606,65)	(1.253.293,37)
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	660.144,23	(898.609,08)
Saldo inicial de caixa	71.004,52	969.613,60
Saldo final de caixa	731.148,75	71.004,52
AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	660.144,23	(898.609,08)

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros	Resultado do exercício	Total do Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010		1.943.740,40	-	60.390,59	1.167.411,08	-	3.171.542,07
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	227.629,79	227.629,79
Constituição de reserva legal	16.a	-	-	11.381,49	-	(11.381,49)	-
Aquisição de ações de emissão própria	16	-	(485.935,10)	-	-	-	(485.935,10)
Dividendos distribuídos	16	-	-	-	(417.371,08)	-	(417.371,08)
Reserva de lucros a disposição da AGO	16.b	-	-	-	216.248,30	(216.248,30)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011		1.943.740,40	(485.935,10)	71.772,08	966.288,30	0,00	2.495.865,68
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	426.533,50	426.533,50
Constituição de reserva legal	16.a	-	-	21.326,70	-	(21.326,70)	-
Reserva de lucros a disposição da AGO	16.b	-	-	-	405.206,80	(405.206,80)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012		1.943.740,40	(485.935,10)	93.098,78	1.371.495,10	0,00	2.922.399,18

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Valores expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Petroenge Engenharia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com Sede em Gama, Distrito Federal tendo como objetivo social principal a confecção de concreto betuminoso usinado a quente (asfalto), por meio da própria usina, realizando suas vendas no mercado nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Base de preparação e apresentação
As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas em consistência com todos os exercícios apresentados, a menos que declarado o contrário.
As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico PME (R1) (Resolução CFC Nº. 1.255/09 que aprovou a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas) emitido pelo Comitê de Normas Contábeis (CPC) conforme adotados no Brasil pela aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o CPC-PME (R1) exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Requer, ainda, que a administração da Companhia julgue da maneira mais apropriada a aplicação das políticas contábeis. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativas foram feitos para a elaboração das demonstrações financeiras e os seus efeitos são apresentados na nota explicativa nº 3.
As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, exceto de outro modo indicado.
A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de março de 2013.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
a) Reconhecimento da receita e apuração do resultado
O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.
A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos, se for o caso.
b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).
c) Estimativas contábeis
A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para desvalorização de estoques, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

d) Instrumentos financeiros básicos
Os ativos e passivos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo. O critério para determinar o valor justo dos ativos e passivos financeiros segue (i) o preço cotado em um mercado ativo ou, na ausência deste, (ii) utilização de técnicas de avaliação que permitam estimar o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor justo na data da transação levando-se em consideração o valor que seria negociado entre partes independentes, conhecedoras da transação e com interesse em realizá-la.
A mensuração posterior de ativos e passivos financeiros segue o método do valor justo ou do custo amortizado, conforme categoria. O custo amortizado corresponde (i) ao valor reconhecido inicialmente para o ativo ou passivo financeiro (ii) menos amortização de principal; e (iii) mais/menos juros acumulados pelo método da taxa de juros efetiva. Os efeitos da mensuração posterior dos ativos e passivos financeiros são alocados diretamente ao resultado do exercício.
e) Contas a receber de clientes
As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.
f) Estoques
Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". São representados, principalmente pela matéria prima de aplicação direta na produção do concreto betuminoso usinado a quente (asfalto).
g) Imobilizado
Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração. A depreciação é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:
· Edificações de 10 a 25 anos
· Máquinas de 5 a 15 anos
· Veículos de 5 a 15 anos
· Móveis, utensílios e equipamentos de 10 a 15 anos.
Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos foram revisados e ajustados no decorrer do exercício.
h) Demais Ativos circulantes e não circulante
Os demais ativos circulantes e não circulantes são representados ao valor de custo, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos e as provisões para perdas.
i) Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros
Os ativos não financeiros, exceto estoques, foram revisados no decorrer do exercício para verificação do valor recuperável. Quando houve indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo foi testado.
j) Empréstimos e financiamentos
Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido pelo banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.
Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
k) Demais passivos circulantes e não circulantes
Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.
l) Provisões
As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.
m) Provisão para Contribuição Social e para Impostos de Renda
Forma constituída as provisões para Contribuição Social e Imposto de Renda nos percentuais de 9% e 15% respectivamente, compreendendo ainda o Adicional do Imposto de Renda à alíquota de 10%, de acordo com os preceitos da legislação fiscal vigente, os valores estão apresentados na nota explicativa nº 8.

4. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA E LUCRO BRUTO

	31/12/2012	31/12/2011
Receita produtos vendidos	4.253.194,35	4.037.986,75
Receita prestação de serviços	4.717,56	82.872,04
Receita bruta	4.257.911,91	4.120.858,79
(-) Devolução de vendas	(44.255,15)	(7.189,95)
PIS s/ receitas	(63.913,37)	(61.321,46)
COFINS s/ receitas	(294.388,90)	(282.533,19)
ISS s/ serviços	(94,36)	(1.633,04)
ICMS	(2.257,60)	-
Impostos sobre receita operacional (=) Receita operacional líquida	(360.654,23)	(345.487,69)
(-) Custos dos produtos vendidos	(1.794.720,80)	(1.973.119,81)
(=) Lucro bruto	2.058.281,73	1.795.061,34

11. IMOBILIZADO
O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido dos encargos de depreciação, estando composto da seguinte forma:

	Instalações, Máquinas e veículos		Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilização em andamento	Total
	Imóveis					
Custo em 01º de janeiro de 2011	581.854,32	1.805.995,22	23.688,00	23.513,70	64.455,56	2.499.506,80
Adições	21.556,98	374.581,94	9.483,00	8.931,21	67.739,69	482.292,82
Alienações	-	-	-	-	-	-
Baixa (obsolescência)	-	(350,00)	-	-	-	(350,00)
Transferência	-	(9.869,14)	-	-	-	(9.869,14)
Custo em 31 de dezembro de 2011	603.411,30	2.170.358,02	33.171,00	32.444,91	132.195,25	2.971.580,48
Adições	5.276,64	99.826,76	10.565,00	3.939,00	43.190,62	162.798,02
Alienações	-	(51.681,39)	-	-	-	(51.681,39)
Baixa (obsolescência)	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-
Custo em 31 de dezembro de 2012	608.687,94	2.218.503,39	43.736,00	36.383,91	175.385,87	3.062.697,11
Depreciação em 01º de janeiro de 2011	(7.731,42)	(463.370,50)	(3.599,17)	(9.272,71)	-	(483.973,80)
Despesa de depreciação no exercício	(24.335,45)	(165.107,96)	(5.050,56)	(5.063,76)	-	(199.557,73)
Alienações	-	-	-	-	-	-
Baixa (obsolescência)	-	-	-	-	-	-
Depreciação em 31 de dezembro de 2011	(32.066,87)	(628.478,46)	(8.649,73)	(14.336,47)	-	(683.561,53)
Saldo em						

DIRETORIA**Fabício Rios Leal**
Diretor Presidente**Maria de Fátima Mesquita Silva**
Diretora Adm. Financeira**TÉCNICO EM CONTABILIDADE****Roberto Carlos Moraes - CRC 014932/O-4 DF****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da

PETROENGE ENGENHARIA S.A.

Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Petroenge Engenharia S.A.** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras

com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petroenge Engenharia S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000).

Brasília - DF, 01 de março de 2013.**Hélio do Vale Ribeiro**

Contador

CRC- SP 162.349/O-5 T-DF

**AUDIGER AUDITORES & CONSULTORES S/S**

CRC - DF 507